

POLÍTICAS PÚBLICAS E A PROMOÇÃO DO TURISMO NO RIO GRANDE DO NORTE

Prof. Msc. Kelson de Oliveira Silva
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
BR 110, KM 48, Rua Prof. Antônio Campos, CEP: 59610-090 - Mossoró / (RN) - Brasil
Tel: (55 84) 3315.2198 - kelson@uern.br

RESUMO

O Parque das Dunas/Via Costeira-PD/VC e o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Norte-PRODETUR/RN I fazem parte de um plano político governamental, com o propósito de incrementar o turismo potiguar, capacitando profissionais, estruturando administrativamente o Estado e dotando parte do litoral de infraestrutura para a recepção do turismo nacional e internacional. De modo que por se tratarem de ações deliberadamente do poder público e com repercussões territoriais significativas, se constituem em políticas de fundamental relevância para compreensão da atividade turística na cidade de Natal/RN. O desenvolvimento do parque hoteleiro natalense e as medidas tomadas a partir dos recursos do PRODETUR/RN I, consideradas de cunho estruturante, institucional e de ordem ambiental promoveram não apenas repercussões econômicas, mas também no (re)ordenamento urbano e territorial da cidade. O trabalho em questão procura analisar essa nova etapa do turismo potiguar, a partir da década de 1980, identificando como as políticas públicas, fomentaram e incrementaram o turismo no Rio Grande do Norte.

Palavras chave: Políticas públicas, turismo, Parque das Dunas/Via Costeira, PRODETUR/RN I.

ABSTRACT

The Parque das Dunas/Via Costeira-PD/VC and Programa de Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Norte-PRODETUR/RN I are part of a political government, with the aim of boosting tourism Potiguar, professional training, structuring administered the state and giving part of the coast of infrastructure for receipt of national and international tourism. So this is deliberate actions of the state and with significant local impact, it is in public policy relevance of fundamental understanding of tourism in Natal/RN. The development of the park hotel natalense and measures taken from the resources of PRODETUR/RN I, considered the hallmark structural, institutional and environmental promoted not only economic but also in (re) town and country planning in the city. The work in question to analyze this new phase of tourism potiguar from the 1980, identified as public politics, and encouraged increased tourism in Rio Grande do Norte.

Key words: Public politics, tourism, Parque das Dunas/Costeira, PRODETUR/ RN I.

RÉSUMÉ

El Parque das Dunas/Via Costeira-PD/VC y el Programa de Desenvolvimento do Turismo no Río Grande do Norte-PRODETUR/RN Yo pertenezco a un gobierno político, con el propósito de incrementar el turismo de Natal, la formación de profesionales, estructuración a administrativamente el Estado y dar parte de la costa de la infraestructura para la recepción de turismo nacional e internacional. Así que están relacionados con las acciones del gobierno de manera deliberada y con importantes repercusiones regionales, son objeto de políticas de importancia fundamental para el conocimiento del turismo en Natal / RN. El desarrollo de hotel de la localidad de Natal y las medidas adoptadas por los recursos del PRODETUR I/RN, considerado como el sello distintivo estructurales, institucionales e impacto ambiental promovido no sólo económica, sino también en (re) ordenación del territorio en la ciudad. La obra en cuestión trata de analizar esta nueva fase del turismo de Natal la década de 1980, identificando cómo las políticas públicas, promovió e impulsó el turismo en Río Grande do Norte.

Palabras-clave: Política Pública, turismo, Parque das Dunas/Via Costeira, PRODETUR/RN I.

INTRODUÇÃO

As primeiras iniciativas do Estado com o intuito de fomentar o turismo potiguar, se deram com a construção do Hotel Internacional dos Reis Magos, na Praia do Meio, considerado para a época, o único meio de hospedagem com qualidade para atender demandas mais sofisticadas; e, posteriormente a criação da Empresa de Promoção do Turismo do Rio Grande do Norte-EMPROTURN em 1972. Porém, o turismo só torna-se economicamente importante, a partir da década de 1980 com a implantação do projeto hoteleiro PD/VC, e nos anos de 1990 com o PRODETUR/RN, em sua primeira fase.

A atuação do Estado através dessas duas políticas públicas foi determinante para que o Rio Grande do Norte fosse inserido no circuito turístico nacional e internacional, atraindo investimentos para o setor hoteleiro; e imobiliário, mas recentemente. O PD/VC e o PRODETUR/RN I tornam-se eventos fundamentais para analisar como o território norte-rio-grandense foi organizado para acomodar os interesses do capital privado e do poder público na produção do turismo local e regional.

REPERCUSSÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM TURISMO NO RN

O Rio Grande do Norte teve rápido crescimento do turismo a partir da década de 1980, depois da implantação do PD/VC que segundo Fonseca (2005), foi construído com o intuito de inserir o estado na rota turística nacional e internacional. Outro fato determinante para emergência do turismo como vetor de crescimento econômico, nessa mesma década, foi o esgotamento das políticas de cunho industrializante (FURTADO, 2007), emergindo o turismo como nova alternativa econômica para o Rio Grande do Norte.

De acordo com Gomes e Silva (2000), os governos estaduais nordestinos, para viabilizarem uma nova opção econômica a partir do turismo, encontraram na paisagem litorânea um grande recurso a ser explorado, de modo que essa região do Brasil foi inserida nos roteiros e pacotes turísticos passando a ser vendida como um “Novo Caribe”, o “Novo Mediterrâneo”, a “Nova Flórida”.

Com a criação da EMPROTUR, o governo do Estado busca traçar uma política de desenvolvimento local, criando hotéis em pequenas cidades do interior e revitalizando o hotel estatal de Olho D’Água do Milho, localizado na cidade de Caraúbas/RN. Lopes Junior (2000) considera a iniciativa de criar esses hotéis, um desperdício e uma irracionalidade, que tinha como objetivo principal satisfazer os chefes políticos locais.

Lopes Junior (2000) aponta o Hotel Thermas, em Mossoró, como um dos empreendimentos construídos por iniciativa do poder público que se mostrou viável, embora tenha sido privatizado no início dos anos de 1990. Em Natal, o primeiro hotel de porte considerável, foi o Hotel Reis Magos, na Praia de Areia Preta e Hotel Ducal Palace na Cidade Alta, construídos com recursos do Fundo de Investimento do Nordeste-FINOR.

O PD/VC faz parte do que se pode chamar de “política de pólo de crescimento turístico”, tendo como principal intenção dotar determinada área com infraestrutura urbana para atrair assim, o setor privado, seja com incentivos ou isenções fiscais. Alguns autores concordam que o PD/VC seja o marco inaugural do turismo potiguar (GOMES, SILVA, 2000; FONSECA, 2005; FURTADO, 2008; CRUZ, 2002; LOPES JUNIOR, 2000), considerando-se que o Rio Grande do Norte até então, não possuía uma rede hoteleira, serviço receptivo e um marketing turístico competitivo e organizado, frente aos demais estados da federação.

O desenvolvimento do turismo potiguar, somente assumiu maior relevância econômica a partir da intervenção do poder público. As políticas públicas destinadas a promoção turística local, com a construção do PD/VC e o PRODETUR/RN I foram responsáveis por atrair e inserir o capital privado no setor turístico, tornando o “produto” Rio Grande do Norte mais competitivo e dinâmico economicamente. A atuação do poder público local, também foi responsável pelo intenso processo de ocupação das praias ao sul de Natal, inicialmente por residências secundárias, quando das melhorias na Rodovia Rota do Sol, no decorrer dos anos de 1980, conforme Silva:

O fenômeno da residência secundária no Rio Grande do Norte tornou-se expressivo com a execução de algumas obras de infraestrutura no decorrer dos anos oitenta, depois da implantação da rodovia Rota do Sol, que proporcionou melhores condições de acessibilidade às praias do litoral ao sul da capital, para onde se dirigiam a produção de residências secundárias nessa primeira fase (SILVA, 2009, vol. IV, nº.1, p. 8).

A análise pertinente ao Estado enquanto entidade responsável por gerenciar os recursos públicos e sua relação com a atividade turística local, diz respeito a segregação territorial e sua incapacidade

em equacionar os conflitos entre os diversos agentes sociais envolvidos na produção dos espaços “turistificados”.

A geografia, enquanto ciência social possibilita uma análise dos territórios apropriados pelo turismo, relacionando a interação entre “fixos” e “fluxos”, “sistemas de objetos” e “sistemas de ações” o que nos permitiu compreender o turismo em toda sua abrangência, seus processos, estruturas, função e formas.

Turismo potiguar e sua configuração territorial

Para Santos (2008), cada vez mais nos dias de hoje, os “fixos” estão mais fixados ao solo, assumindo mais sua natureza artificial, e os “fluxos” mais velozes, mais diversos e mais numerosos, tudo isso em função do avanço da técnica e da globalização que criou um motor único capaz de submeter “pedaços” do espaço, selecionados conforme o interesse do capital, ao seu controle mercantilista. A intenção pressupõe sempre que toda ação tenha embutida em si mesma grande carga de interesses. Sendo, portanto, necessário articular ações bem planejadas capazes de dotar o espaço geográfico de sistemas de objetos responsáveis por favorecerem os agentes hegemônicos em seus objetivos. Essa compreensão ampla do turismo só pode ser alcançada quando se analisa a atividade turística a partir de sua dinâmica, levando-se em conta a estrutura, forma e função, instâncias estas inerentes e indissociáveis do processo.

Ao desenvolver o conceito de “sistemas de ações” Santos (2008) discute a ação do capital hegemônico, afirmando que ela está subordinada às normas, sejam elas escritas ou não, formais ou informais, dependendo sempre do consumo de energia para se materializar como objeto no espaço. Santos (2008) afirma que a relação entre as normas e a ação é tão híbrida, que “a própria escolha e uso da energia que vai mover as ações depende parcialmente das normas, desde a fase inicial das técnicas do corpo, à fase atual das técnicas da inteligência”.

Analisando-se a atividade turística do Rio Grande do Norte, segundo os conceitos acima apresentados (SANTOS, 2008), podemos encontrar um conjunto de objetos criados e mantidos por ações do poder público, para sustentar e manter ganhos de pequenas parcelas da sociedade potiguar e de grupos estrangeiros que sobre a conivência ou negligência do Estado, se apropriaram dos bens naturais, patrimoniais ou culturais em benefício próprio. Por isso podemos afirmar com Santos (2008, p. 80) que as “ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar”, moralmente indiferentes à população, aos seus anseios e necessidades existenciais mais urgentes.

TURISMO POTIGUAR E O CONCEITO DE “PÓLO DE CRESCIMENTO”

A política de megaprojetos turísticos assume características de pólos de crescimentos, com a finalidade central de criar infraestrutura hoteleira onde a participação de recursos públicos é aplicada em benefício do setor privado. A teoria de pólos de crescimento foi desenvolvida pelo economista francês François Perroux, na década de 1940, quando estudou a concentração industrial na França, em torno de Paris, e na Alemanha, ao longo do Vale do Ruhr. Quando a teoria dos pólos de crescimento começou a se popularizar, seu conteúdo foi negado em favor de sua forma, e suas explicações, em favor de técnicas e modelos (SANTOS, 2007). O conceito de pólos de crescimento tornou-se vítima de sua própria popularidade e segundo análise de Santos (2007), o surgimento da idéia de planejamento que aparecia como slogan, prejudicou a teoria de François Perroux. A criação de pólos de crescimento tem sido motivo de debates e muita crítica, o que levou o geógrafo brasileiro Milton Santos dedicar um capítulo inteiro a este tema em seu livro Economia espacial: críticas e alternativas, com o título Pólos de crescimento econômico e justiça social (SANTOS, 2007). Milton Santos acredita que as críticas ao conceito de pólos de crescimento, tenham surgido porque as idéias de Perroux “não foram originalmente apresentadas com um corpo coerente de conhecimentos” (2007, p.166). O conceito de pólos de crescimento tem uma base geográfica porque

implica na fixação no espaço de um conjunto de “sistemas de objetos” e “sistemas de ações”, “fixos” e “fluxos” criados com fins e propósitos bem definidos e previamente delimitados.

A crítica de Santos (2007) deixa evidente a forte segregação espacial de parcelas expressivas da população, com a criação dos pólos de crescimento, que criam espaços econômicos, negando aos pobres o espaço banal, o espaço de todos. A separação entre espaço econômico e espaço banal, dificulta a compreensão geográfica do espaço, e marca fortemente os limites sociais entre os diferentes seguimentos de uma só sociedade. O espaço de todos, ou espaço banal, é então apropriado para atender planos de caráter políticos e econômicos descompromissados com os pobres, e se transforma no “espaço seletivo”. Essa concepção de Milton Santos sobre os pólos de crescimento, é aplicável ao Plano Nacional de Turismo e a construção do PD/VC.

A crítica de Milton Santos é quanto a distinção frequentemente feita entre o espaço abstrato ou econômico e o espaço concreto ou geográfico, o espaço de todos. A dicotomia entre espaço geográfico e espaço econômico, apresenta-se como uma limitação metodológica e representa um grande obstáculo a análise geográfica.

Outros Estados nordestinos também adotaram esse mesmo modelo de megaprojetos turísticos, que segundo Cruz (2002), espelharam-se no modelo Cancun. O que Cruz considera como megaprojetos turísticos são projetos de urbanização turística de trechos pouco ou nada urbanizados da orla, com grande participação do poder público na construção desses empreendimentos. Em seu trabalho, Cruz (2002) cita alguns modelos de megaprojetos turísticos implantados no Nordeste do Brasil: Parque das Dunas/Via Costeira, Natal (RN); Projeto Cabo Branco, João Pessoa (PB); Projeto Costa Dourada, litoral sul de Pernambuco e norte de Alagoas; e Projeto Linha Verde, litoral norte do Estado da Bahia. O primeiro megaprojeto turístico nordestino implantado foi o PD/VC (Natal/RN), seguido dos projetos Cabo Branco (PB); Projeto Costa Dourada (PE e AL) e o Projeto Linha Verde (BA). Esses projetos apresentam fortes semelhanças e sutis diferenças entre si, conforme aponta Cruz:

Uma dessas diferenças diz respeito ao fato de dois desses projetos terem uma abrangência territorial restrita, projetos Parque das Dunas/Via Costeira e Cabo Branco, e os outros dois, uma abrangência territorial expandida, projetos Costa Dourada e Linha Verde (CRUZ, 2002, p. 81).

Essas diferenças pontuadas por Cruz (2002) não anulam o modelo de urbanização turística do litoral, de forma que outros diferentes aspectos desses projetos definem e são justificados para sua existência. Quanto às semelhanças, Cruz (2002) afirma que esses quatro megaprojetos turísticos mencionados em sua pesquisa (Projeto Parque das Dunas/Via Costeira, Projeto Cabo Branco, Costa Dourada e Linha Verde), têm nos respectivos governos dos Estados seus principais empreendedores; todos eles foram concebidos em razão do objetivo comum de ampliar a infra-estrutura hoteleira nos respectivos estados, e todos estão localizados no litoral.

A POLÍTICA NACIONAL DE TURISMO E O PRODETUR

O turismo ganha maior relevância como vetor de desenvolvimento para o Brasil a partir da turbulência política e da recessão econômica da década de 80, resultado da crise do fordismo. A grave situação socioeconômica, com altas taxas de desemprego, foi a justificativa para que nos anos de 1990, a Empresa Brasileira de Turismo-EMBRATUR elaborasse uma política pública federal específica para o turismo, a Política Nacional de Turismo – PNT (FONSECA, 2005).

O PNT (FONSECA, 2005), tinha como propósito alcançar alguns resultados, tais como:

- Melhoria da qualidade de vida da população de cidades litorâneas, com grande potencial turístico;
- Diversificação qualitativa dos bens e serviços produzidos e da infra-estrutura receptiva do turismo nacional;

- Geração de novos empregos e a manutenção dos já existentes;
- Qualificação e requalificação dos recursos humanos;
- Aproveitamento da mão-de-obra não qualificada e sua conseqüente capacitação;
- Redução das desigualdades regionais;
- Maior aporte de divisas ao balanço de pagamento;
- Proteção ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural;
- Integração socioeconômica e cultural da população;
- Inserção do Brasil no cenário internacional, construindo uma imagem externa positiva.

O PRODETUR surgiu então, como macro estratégia de desenvolvimento econômico para as regiões da federação, como um programa de crédito para o setor público (Estados e Municípios), concebido tanto para criar condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística da Região Nordeste, quanto para incentivar a participação do setor privado. Segundo os planos de ação do PRODETUR, cada região teria bem definido as características de suas ações para o turismo regional, segundo seus potenciais:

1. PRODETUR Nordeste: baseado no turismo sol e praia, entretenimento e lazer;
2. PRODETUR Amazônia e Centro-Oeste: baseado no ecoturismo;
3. PRODETUR Sul: com enfoque no Mercosul;
4. PRODETUR Sudeste: com enfoque individualizado em cada um dos estados da região.

O PRODETUR/NE foi financiado com recursos do BID e teve no Banco do Nordeste o seu Órgão Executor. A área de abrangência do PRODETUR/NE compreende os nove estados nordestinos, além do norte de Minas Gerais e Espírito Santo, onde sua atuação ocorre por meio do financiamento de obras de infraestrutura (saneamento, transportes, urbanização e outros), projetos de proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural, projetos de capacitação profissional e fortalecimento institucional das administrações de estados e municípios.

O programa foi desenvolvido a partir de estudos encomendados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no começo da década de 1990, para se identificar as atividades econômicas que apresentariam vantagens competitivas caso desenvolvidas na região Nordeste. A conclusão desses estudos identificou que uma das oportunidades mais viáveis para a região era o Turismo, pelo fato da Região Nordeste apresentar recursos cênicos e culturais significativos, além de mão-de-obra em abundância e com custos relativamente baixos. Com isso, para financiar atividades nestas quatro áreas, o BNDES inaugurou em 1994 o Programa Nordeste Competitivo (PNC). A iniciativa em turismo do PNC foi apoiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Após negociações envolvendo a extinta SUDENE, o Banco do Nordeste (BNB), o BID, o então Ministério dos Esportes e Turismo e os Estados do Nordeste, foi criado o PRODETUR/NE, cuja primeira fase foi iniciada ainda em 1994.

Segundo Fonseca (2005), no PRODETUR/NE, foram investidos cerca de US\$ 670 milhões, distribuídos nos seguintes componentes: aeroportos (34%), saneamento básico (24%), transportes (12%), recuperação do patrimônio histórico (5%), desenvolvimento institucional (4%), preservação e proteção ambiental (3%) e outros (18%).

Desse total de investimentos destinados ao PRODETUR/NE, o Ceará foi o estado mais beneficiado, recebendo 23% dos recursos destinados ao PRODETUR/NE. Os estados do Piauí e Sergipe

receberam 7% cada, o que representou a menor parcela do bolo de investimentos, enquanto o Rio Grande do Norte ficou com 9% destes recursos (Figura 1).

O PRODETUR/RN I foi implementado no decorrer dos dois mandatos consecutivos do governo de Garibaldi Alves (1995/1998 e 1999/2002), de forma que foi determinante para a internacionalização do turismo potiguar, tendo como resultado o incremento no fluxo turístico internacional do estado.

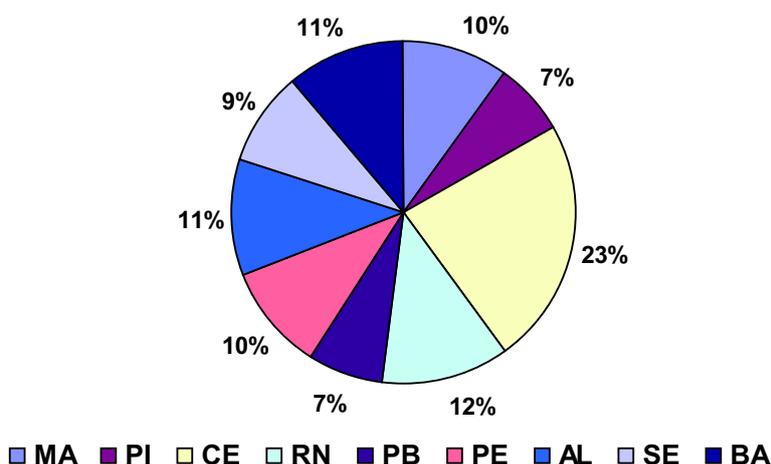


Figura 1 - Gráfico de Divisão dos recursos do PRODETUR/NE por estados
Fonte: FONSECA (2005)

O volume de investimentos do PRODETUR/RN I foi da ordem de US\$ 41.870.822,00, de modo que o Gráfico 2, organizado por Fonseca (2005), demonstra que 56% do total desses recursos foram destinados e aplicados na reforma e ampliação do Aeroporto Internacional Augusto Severo; 22% na melhora e construção de estradas; 15% foram aplicados no saneamento do Bairro de Ponta Negra, sendo reservado apenas 5% e 2% para o desenvolvimento institucional de órgãos ambientais e de tratamento de água e esgoto (IDEMA e CAERN), respectivamente, conforme ilustrado na figura 2.

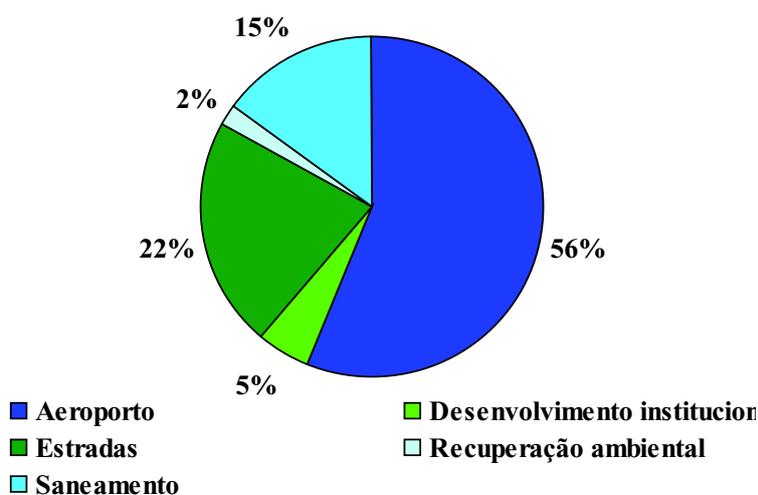


Figura 2 - Gráfico de Distribuição dos recursos do PRODETUR/RN I
Fonte: FONSECA (2005)

Os municípios selecionados pelo governo do Estado para fazer parte do PRODETUR/RN I foram: Ceará-Mirim, Extremoz, Natal, Parnamirim, Nísia Floresta e Tibau do Sul, localizados no litoral oriental. Fonseca (2005), comenta em sua pesquisa que não foram divulgados os critérios para seleção dos municípios contemplados, mas em suas entrevistas de campo foi informada que o critério escolhido teria sido a proximidade desses municípios com Natal e por serem municípios litorâneos, embora se deva atentar para o fato da distância de oitenta quilômetros de Natal à Tibau do Sul.

A construção da Rodovia Rota do Sol, ligando a praia de Ponta Negra às praias do litoral sul do estado, foi uma complementação do processo de organização espacial do turismo potiguar (LOPES JUNIOR, 2000). Esse novo “fixo”, instalado com o propósito de atender demandas internacionais, contribuiu também para consolidar o antigo processo de ocupação do litoral sul por residências secundárias, responsável pela “turistificação” urbana do litoral dos municípios de Parnamirim e Nísia Floresta.

PARQUE DAS DUNAS/VIA COSTEIRA

No plano da “ação”, o projeto PD/VC tem seu diploma legal no Decreto Estadual nº 7.237 de 22/11/1977 e teve seu Plano de Manejo implementado apenas doze anos depois de sua criação, através do Decreto nº 10.388, de 07/06/1989. O projeto hoteleiro PD/VC faz parte de um plano político de âmbito estadual, com o propósito de implantar e incrementar o turismo norte-rio-grandense, dotando parte do litoral natalense de “sistemas de objetos”, ou seja, infraestrutura hoteleira para a recepção do turismo nacional e principalmente internacional. De modo que por se tratar de uma ação deliberadamente do Estado e com repercussões significativas, se constitui num elemento importante para compreensão da atividade turística no Rio Grande do Norte.

O PD/VC pode ser analisado como sendo um objeto geográfico que tem em si mesmo, um discurso desenvolvimentista e de progresso para a região, sem revelar sua real funcionalidade e os interesses dos grupos encarregados por sua implantação. O PD/VC está localizado num trecho de orla com cerca de 8,5 km de extensão, entre as praias de Ponta Negra e Areia Preta, litoral sul de Natal, conforme Planta 1.

Esse trecho é formado por dunas fixas margeando a orla, e que até o final da década de 70 esteve à margem do processo de urbanização, constituindo barreira natural aos bairros de Tirol, Nova Descoberta, Lagoa Nova e Capim Macio (CRUZ, 2002). Lopes Junior, em sua pesquisa sobre o PD/VC (LOPES JUNIOR, 2000), cita o comentário de um ex-Secretário Estadual de Planejamento sobre a idéia inicial do projeto: “implantação de uma Copacabana local”.

Os motivos para escolha dessa área para implantação do megaprojeto PD/VC, são citados em documento oficial elaborado pelo governo Tarcísio Maia responsável por sua execução (CRUZ, 2002):

- a) proteger os sistemas geológicos e geomorfológicos das dunas;
- b) conter a ocupação desordenada e predatória da área;
- c) impedir o crescimento da favela (bairro de Mãe Luiza) e ao mesmo tempo, promover a melhoria de suas condições de urbanização;
- d) obter um melhor aproveitamento do potencial turístico e de lazer da faixa litorânea;
- e) promover a interligação litorânea de Natal, Dunas e Ponta Negra.

O governo Tarcísio Maia para justificar a apropriação de área tão valorizada, baseava-se no discurso ambientalista de preservação dos recursos naturais, conforme se pode analisar a partir dos

motivos citados acima. Esse discurso induz se pensar na criação do pólo turístico PD/VC como alternativa ecológica preservacionista que protegeria e também seria alternativa de geração de emprego e renda para a população local. Milton Santos falando sobre o discurso implantado com o intuito de justificar fins próprios ao capital, cita:

Os objetos têm um discurso, um discurso que vem de sua estrutura interna e revela sua funcionalidade. É o discurso do uso, mas, também, o da sedução. E há o discurso das ações, do qual depende sua legitimação. As ações necessitam de legitimação prévia para ser mais docilmente aceitas e ativas na vida social e assim mais repetidas e multiplicadas (SANTOS, 1996, p. 103).

A análise crítica de Furtado (2007), a respeito da construção do PD/VC, deixa evidente que a elite empresarial local, obteve privilégios e se beneficiou com os incentivos e isenções fiscais e financiamentos diversos dados pelo Estado, com o objetivo de atrair investimentos privados para o setor turístico.

O modelo PD/VC tem como fundamento a criação de pólos e corredores turísticos, partindo do pressuposto de que a concentração espacial das atividades turísticas “exerce efeitos atrativos sobre outras atividades no mesmo espaço econômico e geográfico” (BECKER, 1995, p. 15). A criação dos pólos e corredores turísticos põe em evidência a centralidade na sociedade e no espaço, dos benefícios do trabalho realizado por toda a sociedade, a favor dos grupos hegemônicos detentores do poder econômico e político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do pólo de crescimento PD/VC, atende a lógica do modelo de reprodução econômica capitalista. Inicialmente beneficiou grupos locais, depois empresários, principalmente, do sul/sudeste do Brasil. Em um terceiro momento, grupos internacionais ou associados a empresas brasileiras, são diretamente favorecidos assumindo o controle da rede hoteleira de Natal com a implantação de grandes hotéis de luxo a beira mar, localizada em uma área valorizada por sua beleza cênica e proximidade com toda a infraestrutura urbana necessária à atividade turística: vias de acesso, Aeroporto Internacional Augusto Severo, shopping's center's, variedade de opções para lazer e entretenimento, serviços de restauração com cardápio regional e internacional, tudo isso se constituindo em um conjunto de “fixos”, disponível apenas para uma pequena parcela da sociedade, que dispõe de meios materiais e tempo livre para consumi-los.

A supervalorização do solo urbano na Zona Sul de Natal a partir da década de 1980, é resultado da construção desse pólo turístico. A Vila de Ponta Negra sofreu um rápido crescimento populacional e imobiliário logo depois da inauguração do PD/VC, implicando no afastamento da população pobre residente na linha de mar, devido a pressão do setor imobiliário. Com o advento do turismo, a linha de mar assumiu grande valor de troca o que impossibilitou aos mais pobres residirem na faixa litorânea, os abrigando a ocupar áreas insalubres do bairro, morro acima. Os antigos pescadores passaram a se ocupar em atividades informais pouco remuneradas, prestando serviços, tais como: “cuidador” de carro, limpeza doméstica, vigia noturno, garçon, piscineiro (limpeza e manutenção de piscinas), vendedor ambulante na praia, etc.

O PD/VC redefiniu espacialmente a zona Sul de Natal, consolidou o turismo no Estado e “turistificou” a Praia de Ponta Negra. Como resultado direto desse processo temos a forte segregação espacial entre os residentes e turistas, ricos e pobres, que passam a ocupar diferentes partes do bairro, como também o redimensionamento na força de trabalho local.

O PD/VC corresponde ao que se pode considerar, um projeto criado sem qualquer comprometimento com a população do lugar, movido por ações cada vez mais precisas e também, mais cegas, porque obedientes a um projeto alheio. Quase sempre projetos dessa envergadura, apenas obedecem à racionalidade imposta pelo capital, vindas de fora, negando ao residente seu direito de uso da cidade.

Essas empresas hoteleiras multinacionais não tem qualquer responsabilidade social com o lugar, nem tão pouco o poder público assume uma postura normativa inibidora dessas distorções econômicas. O que se vê nos países subdesenvolvidos, principalmente, é a negligência com a população residente mais pobre que vive à parte do processo de enriquecimento do país. O Estado ao dotar determinadas parcelas da cidade com pólos de crescimento, sem considerar a totalidade e a dimensão plena do espaço, cria e recria novas territorialidades acentuando ainda mais a desigualdade entre a sociedade. A confusão mental, induzida ideologicamente através da mídia, responsável pela propaganda do Estado, divide opiniões e sobre tudo arrasta para si seguidores. Por isso a massa popular e os que vivem diretamente ligados aquele trecho do litoral onde foi implantado o pólo de crescimento Parque das Dunas/Via Costeira, não tem uma opinião crítica capaz de ajudá-los a pensar o espaço onde vivem.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BECKER, Bertha Hoiffmann. **Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira**. Brasília: MMA, 1996.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Políticas de turismo e território**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. **Espaço, políticas de turismo e competitividade**. Natal: EDUFRRN, 2005.
- FURTADO, Edna Maria. **A onda do turismo na cidade do sol: reconfiguração urbana de Natal**. Natal: EDUFRRN, 2008.
- FURTADO, Edna Maria. O turismo no espaço urbano de Natal/RN: das primeiras iniciativas a intensificação da atividade. **Revista Ateliê Geográfico**. Goiânia-GO. v. 1, n. 2, p. 119-147. Dez/2007.
- GOMES, Rita de Cássia da Conceição. SILVA, Valdenildo Pedro da. Turismo, inovações e crescimento econômico local. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Nº 69 (56), 1 de agosto de 2000.
- LOPES JUNIOR, Edmilson. **A construção social da cidade do prazer**: Natal. Natal: EDUFRRN, 2000.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. Tradução de Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2007.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e Meio Técnico-Científico Informacional**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SILVA, Kelson de Oliveira. Condomínios fechados, residências secundárias e o uso do espaço público pelo capital imobiliário. Observatório de Inovação do Turismo – **Revista Acadêmica**. vol. IV, nº. 1, março de 2009.

Trabalho enviado em janeiro de 2010

Trabalho aceito em abril de 2010